

## **31 de Maio Dia Nacional das Coletividades Centenário da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto**

Reconhecida como Entidade Pública desde 1978, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) é uma associação sem fins lucrativos, resultante da transformação da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, fundada em 31 de Maio de 1924, data posteriormente consagrada na Lei nº 34/2003, de 22 de Agosto.

Em contexto aniversariante, a CPCCRD realizou no dia 25 de Maio o seu congresso comemorativo no Fórum Municipal Luísa Todi, em Setúbal.

Com cerca de 38 estruturas descentralizadas por todo o País (Federações Distritais e Concelhias e Colectividades ELO), e mais de 4.300 filiadas, tem como missão o reconhecimento e a valorização do Movimento Associativo Popular, nomeadamente, através da apresentação e discussão de diplomas legais adequados e justos para as colectividades de cultura, recreio e desporto em Portugal.

Em 22 de Agosto de 2003 foi publicada a Lei nº 34/2003 que fixou o dia 31 de Maio como o Dia Nacional das Colectividades, e que confere ao Movimento Associativo Português o estatuto de parceiro social.

Estas duas datas são marcantes para a história do Movimento Associativo em Portugal, é inegável a significativa proximidade que o Movimento Associativo Popular tem às comunidades onde se insere, bem como, fruto dessa mesma proximidade, o conhecimento das necessidades, vivências e realidades das comunidades locais, partilhando as suas preocupações e encontrando soluções para a sua resolução, contribuindo para o desenvolvimento local.

Considerando que o Movimento Associativo Popular no nosso País constitui um espaço de formação pessoal e cívica, de aprendizagem e exercício dos valores democráticos, de participação e liberdade, com um papel inestimável, tanto na dinamização de actividades culturais, desportivas e de recreio, como na acção social e cooperação, na educação e juventude, garantindo nas associações espaços para a prática desportiva e a criação e fruição culturais.

Face ao exposto, os Eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida a 24 de Junho de 2024 delibere:

- 1- Saudar o Dia Nacional das Colectividades.
- 2- Saudar a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto pelo seu 100.º aniversário e pela realização do seu Congresso.
- 3 – Saudar as Associações Locais, os seus órgãos dirigentes e todos aqueles que, das mais diversas formas, exercem actividade no Movimento Associativo Popular no Concelho de Lagos, pelo contributo voluntarioso e generoso que desenvolvem na promoção e defesa dos valores do associativismo popular.
- 4 - Reconhecer a importância do papel e da participação activa das colectividades na integração social, cultural e lúdica das populações locais, para a promoção e o desenvolvimento de um Concelho mais inclusivo.
- 5 – Publicar esta deliberação na página eletrónica da Assembleia Municipal.

Lagos 24 de Junho de 2024

Os Eleitos da CDU

(José Manuel Freire e Ana Paula Viana)

4 — O fiscal único deverá, obrigatória e anualmente, solicitar uma auditoria sobre a aplicação dos empréstimos concedidos pelo Estado.

#### Artigo 18.º

Além das competências constantes da lei geral, cabe, em especial, ao fiscal único:

- a) Examinar, sempre que o julgue conveniente, e, pelo menos, uma vez por mês, a escrituração da sociedade;
- b) Emitir parecer sobre o orçamento, o balanço, o inventário e as contas anuais;
- c) Pedir a convocação extraordinária da assembleia geral sempre que o entenda conveniente;
- d) Solicitar ao conselho de administração a apreciação de qualquer assunto que entenda dever ser ponderado;
- e) Pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo conselho de administração.

#### SECÇÃO V

##### Secretário da sociedade

#### Artigo 19.º

##### Secretário da sociedade

O conselho de administração poderá designar um secretário da sociedade e um suplente para exercer as funções previstas na lei.

#### CAPÍTULO IV

##### Dos exercícios sociais e aplicação de resultados

#### Artigo 20.º

1 — A gestão económica e financeira da sociedade é programada e disciplinada por planos de actividade e financeiros, anuais e plurianuais, bem como por orçamentos anuais de exploração e investimentos que consigam os recursos indispensáveis à cobertura das despesas neles previstas.

2 — Os planos financeiros devem prever a evolução das despesas, os investimentos projectados e as fontes de financiamento.

3 — Os planos plurianuais serão actualizados em cada ano e devem traduzir a estratégia da empresa a médio prazo, integrando-se nas orientações definidas no planeamento para o sector em que a empresa se insere.

4 — Os exercícios coincidem com os anos civis.

#### Artigo 21.º

Os lucros de exercício, devidamente aprovados, têm a seguinte aplicação:

- a) Um mínimo de 10% para constituição ou eventual reintegração da reserva legal, até atingir o montante exigível;

- b) O restante para fins que a assembleia geral delibere de interesse para a sociedade.

#### CAPÍTULO V

##### Pessoal

#### Artigo 22.º

Ao pessoal da sociedade aplica-se, de acordo com a natureza do respectivo vínculo jurídico, a lei geral do trabalho ou a lei civil.

#### Lei n.º 34/2003

de 22 de Agosto

##### Reconhecimento e valorização do movimento associativo popular

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Dia Nacional das Colectividades

É fixado o dia 31 de Maio como o Dia Nacional das Colectividades.

#### Artigo 2.º

##### Parceiro social

1 — Ao movimento associativo português é conferido o estatuto de parceiro social.

2 — O Governo definirá, no prazo de 120 dias após a entrada em vigor da presente lei, a representação e a extensão relativa à aplicação do estatuto de parceiro social.

#### Artigo 3.º

##### Cadastro

O Governo promoverá o levantamento, por município, das associações de cultura, recreio, desporto, social e juvenil, aperfeiçoando progressivamente os mecanismos de apoio técnico-financeiro às suas actividades.

Aprovada em 15 de Julho de 2003.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

Promulgada em 4 de Agosto de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 8 de Agosto de 2003.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.